

Argumentos de superveniência contra o realismo moral robusto

Supervenience arguments against robust moral realism

Wilson Mendonça¹

RESUMO

A relação de superveniência moral-natural é a premissa principal de duas objeções, levantadas recentemente, ao não-redutivismo em metaética. Essas objeções começam com a tese da superveniência moral e concluem com a insustentabilidade do realismo moral robusto. O trabalho enuncia a tese da superveniência mais plausível na metaética, elucidando algumas assunções e consequências relevantes da ideia de superveniência (§ 2). A seguir, o trabalho trata do primeiro argumento de superveniência, o Argumento da Coextensividade. A questão principal aqui concerne à legitimidade ontológica de propriedades infinitamente disjuntivas e à necessidade de responder ao desafio particularista, o que conduz à rejeição do Argumento da Coextensividade (§§ 3-5). O alvo das próximas seções é o segundo argumento de superveniência, o Argumento Explanatório. O objetivo é deixar claro que o tipo padrão de redução por identificação conduz ao resultado de que o realismo redutivo tem o mesmo problema explanatório, supostamente insolúvel, que os defensores do Argumento Explanatório atribuem criticamente ao realismo robusto (§§ 6-8). Finalmente, argumenta-se que um tipo inovador de redução por análise, introduzido recentemente por Mark Schroeder, pode resolver esse problema em nome do redutivismo. Contudo, ao contrário da primeira aparência, isso é uma boa notícia para o realismo robusto (§§ 9-10).

Palavras-chave: superveniência moral, redutivismo em metaética, realismo robusto, redução por identificação, redução por análise, explicação de conexões necessárias.

ABSTRACT

The relation of supervenience of the moral on the natural is the main premise of two objections recently leveled at non-reductivism in metaethics. These objections start with moral supervenience and conclude with the untenability of robust, non-reductive moral realism. The paper states the most plausible supervenience thesis in metaethics and elucidates some relevant assumptions and consequences of the supervenience view (§ 2). It then deals with the first supervenience argument, the Co-Extensiveness Argument. The main issue here concerns the ontological legitimacy of infinitely disjunctive properties and the need to meet the particularist challenge, which leads to the rejection of the Co-Extensiveness Argument (§§ 3-5). The target of the next sections is the second supervenience argument, the Explanatory Argument. Their aim is to make clear that the standard type of reduction by identity leads to the result that reductive realism has the same purportedly unsolvable explanatory problem proponents of the Explanatory Argument critically attribute to robust realism (§§ 6-8). Finally, it is argued that a novel type of reduction recently proposed by Mark Schroeder, reduction by analysis, can solve this

¹ Professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Largo de São Francisco de Paula 1, Centro, 20051070, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Email: wilsonpessoamendonca@gmail.com.

problem on behalf of reductionism. But contrary to first appearances, this is good news, not bad news, for robust realism (§§ 9-10).

Keywords: moral supervenience, reductivism in metaethics, robust realism, reduction by identity, reduction by analysis, explanation of necessary connections.

1 Introdução

Na literatura metaética contemporânea há pelo menos dois tipos de argumentos contra a versão não-redutiva do realismo moral, isto é, contra o realismo moral robusto. Ambos os tipos de argumento exploram a tese amplamente aceita segundo a qual o domínio moral sobrevém ao domínio natural. O *Argumento da Coextensividade* baseado na superveniência é um argumento direto cuja conclusão é a tese de que propriedades morais supervenientes são idênticas a (um subconjunto das) propriedades naturais subvenientes. Procedendo de maneira mais indireta, o *Argumento Explanatório* baseado na superveniência procura mostrar que o realismo robusto tem um problema explanatório supostamente insolúvel que o realismo redutivo não tem, a saber, o problema de explicar algumas conexões necessárias implicadas estritamente pela superveniência moral.

A primeira parte do presente trabalho enuncia a tese de superveniência mais aceita na metaética, elucidando algumas assunções relevantes e tornando explícitas algumas consequências lógicas da relação de superveniência (§ 2). A segunda parte trata do *Argumento da Coextensividade*. A questão principal nesta parte do trabalho concerne à legitimidade ontológica das disjunções infinitas de propriedades naturais subvenientes, cujas extensões coincidem necessariamente com as correspondentes propriedades morais, e à necessidade de responder ao desafio particularista, o que conduz à rejeição do *Argumento da Coextensividade* (§§ 3-5). Com o *Argumento Explanatório* se ocupa a terceira parte. O objetivo aqui é deixar claro que o tipo padrão de redução (*Redução por Identificação*) conduz ao resultado de que o realismo moral redutivo tem o mesmo problema explanatório atribuído ao realismo moral robusto pelos proponentes do *Argumento Explanatório* (§§ 6-8). Finalmente, a quarta parte argumenta que um tipo não padrão de redução proposto recentemente por Mark Schroeder (*Redução por Análise*) pode resolver esse problema. Contudo, contra as aparências iniciais, isso é uma boa notícia para o realismo robusto (§§ 9-10).

2 Superveniência forte

De acordo com a caracterização mais elementar, superveniência moral é a tese segundo a qual não pode existir uma diferença nas características morais de um objeto sem uma diferença

nas suas características naturais. A articulação mais amplamente aceita da relação de superveniência na metaética é

Superveniência Forte (SF): Por uma questão de necessidade conceitual, sempre que algo tiver uma propriedade moral F, terá também uma propriedade natural G; e é metafisicamente necessário que tudo que tem G também tem F.

Uma consequência relevante da relação de superveniência SF é

Determinação Metafísica (DM): Uma condição necessária para a instanciação de uma propriedade F em um mundo possível w é que a coinstanciação de alguma propriedade natural G determine a instanciação de F em todos os mundos possíveis relativamente a w. (G é suficiente para F em todos os mundos possíveis relativamente a w, isto é, G determina metafisicamente F (em Inglês: G necessitates F).)

Se considerarmos α como o conjunto das propriedades morais e β como o conjunto propriamente construído de *propriedades maximamente naturais*,² poderemos expressar a tese da superveniência forte em termos formais:

$$SF \quad \Box \forall F \in \alpha \forall x [Fx \rightarrow \exists G \in \beta (Gx \wedge \Box \forall y (Gy \rightarrow Fy))]$$

Segue-se disso que qualquer propriedade moral F, por um lado, e a disjunção de todas as propriedades naturais específicas G que determinam necessariamente F, por outro, são necessariamente coextensivas. Em termos formais:

$$\Box \forall x (Fx \equiv \bigvee \{Gx : Gx \text{ determina metafisicamente } Fx\})$$

3 O Argumento da Coextensividade

O que foi dito até aqui permite a formulação do primeiro argumento de superveniência contra o realismo moral robusto:

Argumento da Coextensividade (AC):

1. SF implica estritamente a coextensividade necessária de qualquer propriedade moral F e uma combinação disjuntiva infinita de propriedades maximamente naturais G.

² Uma propriedade maximamente natural é uma conjunção total de propriedades, onde cada elemento da conjunção é ou bem uma propriedade natural básica (atômica), ou bem sua negação. Sob a suposição de que o conjunto de propriedades naturais é fechado sob operações da lógica de Boole, propriedades maximamente naturais são obviamente naturais.

2. Sob a suposição do fechamento do domínio natural sob as operações da lógica de Boole, a disjunção infinita de propriedades naturais G é também uma propriedade natural.
3. Portanto, Qualquer propriedade moral F e uma propriedade natural construída disjuntivamente são necessariamente coextensivas.
4. O fato de que duas propriedades são necessariamente coextensivas é uma condição suficiente para que essas propriedades sejam idênticas.
5. Portanto, SF implica estritamente redução por identificação e, assim, a falsidade do realismo moral robusto.

4 É a identidade uma consequência lógica da coextensividade?

Uma reação comum a AC consiste na sua rejeição com base na observação de que a premissa 4 não é geralmente verdadeira. Com referência às propriedades de *ser o único número ao mesmo tempo primo e par* e *ser a raiz quadrada positiva de 4*, Derek Parfit (2017, § 133), por exemplo, mostra que propriedades que são necessariamente coextensivas podem ser diferentes, devendo ser individuadas de modo “adequado à descrição” (*description-fitting*), isto é, não de um modo puramente extensional. Não há uma razão por que isso não deveria aplicar-se também a casos envolvendo propriedades morais.

Em sua resposta a Parfit, Frank Jackson (2017, p. 202s) concorda que “há casos na lógica e na matemática onde é plausível que tenhamos duas propriedades distintas, mas necessariamente coextensivas”. Contudo, isso dever-se-ia ao fato de que “a questão da ontologia e da metafísica da matemática e da lógica é profundamente misteriosa e altamente controversa”. Propriedades morais, por outro lado, são vistas por Jackson como propriedades de entidades com as quais nos defrontamos cotidianamente. Elas devem ser concebidas como “modos como as coisas poderiam ser” ou, como outros filósofos preferem, funções de mundos possíveis a conjuntos de indivíduos. Nesse caso, não há uma objeção à identificação de propriedades logicamente equivalentes (cf. Bacon, 1986, p. 164).

O que foi dito até aqui revela um impasse a propósito da individuação *correta* das propriedades morais (cf. Enoch, 2011, p. 139). Ao invés de avaliar AC com base na discussão sobre a estratégia de individuação extensionalista de propriedades morais, tal como invocada na premissa 4, a próxima seção questiona a premissa 2.

5 O desafio particularista

A premissa 2 assume implicitamente que a disjunção infinita $\bigvee\{Gx: Gx \text{ determina metafisicamente } Fx\}$ equivale à

especificação de *uma* propriedade, um traço comum distintivo (Jackson: “*a distinctive commonality*” ou “*a pattern*”) que unifica todas as instâncias de F descritas em termos puramente naturais. Isso é diretamente negado pela tese dos particularistas morais, segundo a qual o que é característico da moral é a “ausência de contorno regular” no que diz respeito ao domínio natural: *the moral is shapeless with respect to the natural*. A tese particularista da ausência de contorno regular (*the shapelessness thesis*) não afirma que existe uma comunidade complexa, um padrão (*pattern*) nos fatos naturais que subjazem a uma propriedade moral F , embora seja difícil para nós discernir o padrão em questão. A tese particularista não é epistemológica. A tese é que *não existe* uma relação genuína de similaridade natural conectando as infinitas instâncias de F . A única similaridade é que elas são irredutivelmente instâncias da propriedade moral F .³ Em resumo: a única similaridade relevante só pode ser especificada em termos morais, não em termos naturais. Portanto, a premissa 2 de AC assume implicitamente a verdade de uma posição antiparticularista. Isso é claramente reconhecido pelo reducionista Jackson (2017, p. 201): “one thing we cannot say, it seems to me, is that ethical properties match up with pattern-less, infinite disjunctions of natural properties.”

Portanto, o que AC requer para que seja bem-sucedido é um argumento metafísico *extra*, um argumento que mostre que existe (ou *tem de existir*) de fato um padrão N unificador dos infinitos casos naturais que estão na extensão da propriedade moral F . Ademais, como tanto a tese particularista da ausência de um padrão regular (*the pattern-less thesis*) quanto a antítese antiparticularista são compatíveis com a superveniência moral, o argumento *extra* requerido deve deixar para trás as considerações que se refletem na premissa 1 do *Argumento da Coextensividade*. Jackson, Philip Pettit e Michael Smith (2000, p. 216) anunciam o argumento *extra* da seguinte forma:

Particularists typically grant the supervenience of the ethical on the descriptive, but insist that it is consistent with their view. We agree that supervenience, in and of itself, is compatible with their view, but will argue that considerations that take off from the fact of supervenience raise serious problems for particularism.

Felizmente, não precisamos, no presente contexto, chegar a uma conclusão sobre quão cogente é o argumento anunciado por Jackson, Pettit e Smith. Independentemente da existência de um argumento *extra* eficaz, as considerações acima são suficientes para mostrar que, ao contrário do que é sugerido em AC, não existe um caminho inferencial direto que leve da superveniência à redução da moral. E se o desafio particularista não puder ser respondido, tampouco existe um caminho inferencial indireto. De um modo ou de outro, AC falha.

³ Sobre a tese particularista, ver especialmente Dancy (1982) e Little (2000).

6 O Argumento Explanatório

As três citações a seguir põem em relevo, de forma exemplar, os elementos centrais do segundo argumento de superveniência contra o realismo robusto.

Argumento Explanatório (AE):

[...] according to Robust Realism, the moral properties are fully distinct, and distinct in kind, from the non-moral ones. [...] So, Robust Realists cannot explain the necessary connection by the usual expedients of analysis, reduction, or identity. How, then, are they supposed to explain the necessary connection? They **cannot**. They have no explanation (Dreier, s/d).

The challenge put to anti-reductionists is to explain how there could be normative properties which **both** necessarily supervene **and** are irreducible (Ridge, 2007, p. 331).

The non-naturalist must take the supervenience of the ethical properties on the base properties to involve a brute necessary connection between discontinuous properties (McPherson, 2012, p. 217).

Uma caracterização mais precisa do *deficit* explanatório invocado nessas passagens pode ser obtida se a relação de superveniência moral for interpretada em termos da superveniência forte *SF* introduzida na § 2 acima. Como já foi dito naquela seção, *SF* tem como uma de suas consequências lógicas a tese *DM*.

SF $\Box \forall F \in \alpha \forall x [Fx \rightarrow \exists G \in \beta (Gx \wedge \Box \forall y (Gy \rightarrow Fy))]$

DM: Uma condição necessária para a instanciação de uma propriedade *F* em um mundo possível *w* é que a coinstanciação de alguma propriedade natural *G* determine a instanciação de *F* em todos os mundos possíveis relativamente a *w*.

Assim, a força crítica de *AE* consiste na tese segundo a qual o que o realismo moral robusto supostamente não poderia explicar é o fato (implicado estritamente por *SF*) de que a instanciação de alguma propriedade natural *F* em um mundo *w*, onde a propriedade moral *F* é instanciada, é suficiente para a instanciação de *F* em *w* e em todos os outros mundos possíveis acessíveis a partir de *w*. Esta conexão *assimétrica necessária* entre uma propriedade natural específica *G* e a propriedade moral *F* – representada em *SF* pela subfórmula $\Box \forall y (Gy \rightarrow Fy)$ – é chamada por Horgan e Timmons (1992, p. 226) um *fato específico da superveniência* (*specific supervenience fact*). Dado o fenômeno da realizabilidade múltipla, nós temos uma série de fatos específicos da superveniência, cada um deles envolvendo uma conexão necessária. É geralmente aceito por todas as partes envolvidas nesse debate, isto é, por redutivistas e não-redutivistas, que cada elemento dessa série requer uma expli-

cação. Seria simplesmente arbitrário considerar como brutos ou primitivos os fatos específicos da superveniência.

7 Dúvidas sobre o Argumento Explanatório

Os proponentes de *AE* afirmam que os realistas robustos são incapazes de cumprir a obrigação de explicar os fatos específicos da superveniência. James Dreier, por exemplo, parece assumir, na passagem citada acima, que “análise, redução ou identificação” são os únicos modos possíveis de explicação nesse caso e que eles são de fato incompatíveis com a visão realista robusta, segundo a qual os domínios moral e natural são disjuntos. Mas quem pode garantir que não existe uma explicação que não procede via “análise, redução ou identificação”? De qualquer modo, é simplesmente errado inferir do fato de que os realistas robustos não têm acesso à caixa de ferramentas do realismo redutivista que eles sejam obrigados a considerar como brutos (não explicáveis) os fatos específicos da superveniência.

Ralph Wedgwood (2007, § 9) propôs uma explicação engenhosa em favor do realismo robusto. Baseada na rejeição de *S5*, a proposta de Wedgwood é uma tentativa muito controversa de dar conta dos fatos específicos da superveniência. Contudo, ela não pode ser desconsiderada *ab initio* simplesmente porque não recorre aos expedientes redutivistas habituais.

Admitamos, contudo, *para fins argumentativos*, que os realistas robustos não podem resolver o problema, isto é, que eles não podem fornecer a explicação requerida – e que isso é assim por uma questão de princípio. Isso deixa ainda uma questão aberta, cuja relevância não parece ter sido percebida pelos proponentes e os críticos de *AE*: estarão os realistas redutivistas numa posição mais favorável *vis-à-vis* a tarefa explanatória em questão? Em regra, os proponentes de *AE* assumem que não deve haver obstáculos intransponíveis para o redutivista que busque fornecer uma explicação genuína, não arbitrária para os fatos específicos da superveniência. Afinal, a tese distintiva de *AE* é que o realismo robusto tem um problema explanatório insolúvel, o que só é relevante contra o pano de fundo de que a posição ocupada pelo redutivista escapa a objeção crítica levantada por *AE*.

8 Redução por Identificação

Tristram McPherson (2015, § 4.1) afirma enfaticamente:

[...] a reductive account that identified the ethical properties with some [base] property [is] able to explain supervenience, and hence avoid commitment to a brute necessary connection between the ethical properties and the base properties.

A noção de redução que McPherson invoca aqui é a visão padrão aceita também por praticamente todos os redutivistas:

Redução por Identificação (RpI): As propriedades de um certo conjunto são reduzidas quando identificadas com um subconjunto das propriedades de base.

Aqui não devemos perder de vista que as conexões necessárias (os fatos específicos da superveniência) referidas em *AE* são relações *assimétricas* entre instanciações específicas de propriedades naturais, por um lado, e a instanciação de uma propriedade moral, por outro: cada uma das propriedades naturais subvenientes *G* determina metafisicamente a mesma propriedade moral *F*, mas não *vice-versa*. A relação de identidade, por outro lado, é sempre simétrica e “um-a-um”. É difícil, portanto, para dizer o mínimo, ver como uma abordagem baseada na Redução por Identificação poderia ser útil, quando se trata da tarefa de explicar relações assimétricas e “muitos-a-um”.⁴

Os proponentes do *AE* afirmam que os realistas robustos precisam considerar conexões necessárias envolvendo propriedades irreduzíveis como brutas e inexplicáveis. Isso representaria um custo alto para o realismo robusto. Nesse ponto da dialética, os defensores do realismo robusto podem ser tentados a virar a mesa sobre seus críticos. Pois ao adotar a atitude redutiva comum, os críticos do realismo robusto terminam por confrontar-se com o mesmo problema que eles atribuem aos seus oponentes não-redutivistas. Sob a perspectiva usual de *RpI*, o aspecto *assimétrico* constitutivo dos fatos específicos da superveniência torna-se tão bruto e inexplicável quanto a conexão necessária entre propriedades supostamente irreduzíveis. Michael Ridge pergunta criticamente: como poderia haver propriedades normativas que, ao mesmo tempo, sobrevêm necessariamente e são irreduzíveis (cf. citação na § 6 acima)? A isso, os realistas robustos podem retrucar: como poderia existir uma explicação para relações assimétricas envolvendo propriedades normativas que, ao mesmo tempo, sobrevêm necessariamente e são redutíveis por identidade? O resultado disso é que *AE* não revela uma desvantagem explanatória do realismo moral robusto *vis-à-vis* o realismo redutivista.

9 Redução por Análise

Tentemos reavaliar o *AE* da perspectiva de uma concepção inovadora de redução proposta por Mark Schroeder (2005 e 2007, cap. 4). A convicção de Schroeder é que a ideia da redutibilidade do moral ao natural é o “tipo certo” de hipótese capaz de explicar as conexões necessárias implicadas estritamente pela relação de superveniência. Como está ciente das dificuldades resultantes da visão dominante de redução baseada em identidade (*RpI*), ele articula uma visão alternativa, de acordo com a qual *propriedades de ordem mais elevada* (*higher-order properties*) são reduzidas na medida em que são

analisadas em termos de *propriedades de ordem mais baixa* (*lower-order properties*).

Essa noção inovadora de redução pode ser caracterizada resumidamente em cinco pontos:

Redução por Análise (RpA):

1. *RpA* substitui a compreensão *não-estruturada* de propriedades (Jackson: “modos como as coisas poderiam ser”) por uma noção *estruturada* de propriedades que as identifica com características que as coisas têm em comum. Isso permite uma individuação de propriedades mais fina do que a individuação assumida no tratamento formal de propriedades como funções de mundos possíveis a conjuntos de indivíduos.
2. *RpA* torna explícita a estrutura das propriedades de ordem mais elevada. Assim, a especificação da propriedade de ser um triângulo como a propriedade de ter três lados nos dá informação estrutural sobre a triangularidade – basicamente: que ela envolve lados e um número determinado de lados. De forma semelhante, a análise do círculo em termos do conjunto de todos os pontos equidistantes de um ponto fixo revela a estrutura de uma propriedade bidimensional, cujas partes são propriedades unidimensionais e zero dimensionais, bem como propriedades lógicas e propriedades especificáveis na linguagem da teoria dos conjuntos.
3. *RpA* é uma relação explanatória assimétrica e muitos-a-um. Ela explica por que as coisas têm uma propriedade estruturada especificando o que as coisas que têm essa propriedade têm em comum. Ela explica apelando para *outras* características que as coisas têm em comum. (É um triângulo *porque* tem três lados, não ao contrário. É um círculo *porque* é o conjunto dos pontos no plano equidistantes de um ponto fixo, não ao contrário.)
4. *RpA* é uma relação redutiva. A ideia básica é que uma análise de propriedades de ordem mais elevada pode ser encontrada, uma análise que termina em propriedades de ordem menos elevada. Diz-se então que a propriedade de ordem mais elevada é reduzida às propriedades componentes que resultam coletivamente na propriedade composta. Assim, ao analisar *triangularidade* em termos de *ter, três e lados*, *RpA* reduz a propriedade de ser um triângulo às últimas propriedades.
5. *RpA* é uma “concepção mais flexível (*more relaxed*) de redução, de acordo com a qual um conjunto de propriedades pode ser reduzido a outro *sem* ser um de seus subconjuntos” (Schroeder, 2005, p. 12). Em opo-

⁴ A um resultado similar chega também Carl Gillett (2007, p. 203) na investigação das relações de composição realizacional entre as entidades das ciências de nível mais elevado, por um lado, e as entidades das ciências de nível básico, por outro: “[...] compositional relations are asymmetric, many-one and relate entities of qualitatively different kinds, amongst other features. In contrast, for obvious reasons, identity is always symmetric, one-one and relates entities of exactly the same kind. As a result, given the differing natures of these relations, the entities related by compositional relations in the sciences are rarely involved in identities [...]”

sição clara a *RpI*, ela pode preservar a disjunção do domínio (reduzido) de ordem mais elevada e do domínio (reduzido) de ordem mais baixa.

Suponhamos agora que o domínio moral pode ser naturalisticamente reduzido segundo o modelo de *RpA*, isto é, mediante a análise adequada de propriedades morais em termos de relações estruturais envolvendo propriedades lógicas e, principalmente, propriedades naturais. Como é notório, Schroeder afirma ter encontrado uma redução por análise da propriedade normativa fundamental de ser uma razão (para agir) em termos de desejos naturais.⁵ Nós queremos supor que uma redução do domínio moral segundo esse modelo seja bem-sucedida, mas não necessariamente a redução particular proposta por Schroeder. Suponha, além disso, que Schroeder tenha razão quando afirma que *RpA* é o dispositivo teórico próprio à explicação de todo tipo de fatos modais e impossibilidades metafísicas que caracterizam os domínios conectados pela relação de superveniência.⁶ Portanto, supor que temos uma redução baseada em análise bem-sucedida do domínio moral é supor que estamos em condições de explicar satisfatoriamente os fatos específicos da superveniência mencionados em *AE*. Qual pode ser a importância disso para a reavaliação de *AE*?

10 Redução por Análise como realismo robusto?

A análise de *AE* revelou dois problemas:

PA: O problema de explicar como o conjunto de propriedades naturais poderia estar necessariamente conectado ao conjunto supostamente distinto de propriedades morais. Esse é o problema para os defensores do realismo robusto.

PB: O problema de explicar os fatos da superveniência em uma perspectiva redutivista. Esse é o problema complementar para os realistas redutivistas.

Os proponentes de *AE* argumentam que *PA* não pode ser resolvido e normalmente assumem – erroneamente assumem – que *RpI* nos dá uma solução para *PB*. McPherson (2015, § 4.1), por exemplo, afirma que “uma redução bem-sucedida das propriedades éticas seria suficiente para explicar a superveniência.” Se o que foi dito na § 8 acima estiver certo, isto é, se a estratégia redutivista padrão (baseada em *RpI*) está condenada ao fracasso, os redutivistas ainda interessados em encontrar uma solução satisfatória para *PB* poderiam tentar

desenvolver uma abordagem amigável a *RpA*. Mas isso os forçaria a admitir que o domínio moral e o domínio natural podem ser como os realistas robustos os consideram: essencialmente disjuntos. Como Ridge (2007, p. 344) vê as coisas, a negação da identidade de propriedades morais e propriedades naturais é o traço definidor do realismo robusto: “Anti-reductionism just is the thesis that normative properties are not identical with descriptive properties.” Portanto, a posição resultante, baseada na substituição de *RpI* por *RpA*, seria ainda redutivista, mas, na melhor das hipóteses, em um sentido bastante flexível (*relaxed*), compatível com a letra, mas não com o espírito da crítica ao realismo robusto.

Por outro lado, *RpA* parece dar ao realista robusto exatamente o que ele precisa para resolver *PA*: uma relação explanatória, assimétrica, sensível à estrutura, adequada à abordagem de fatos modais envolvendo propriedades descontínuas. Exceto pelo fato de que ela ainda é chamada de uma visão redutivista, embora em um sentido mais flexível (*relaxed*), *RpA* pode ser bem recebida pelos realistas robustos desafiados pelos proponentes de *AE*.

11 Conclusão

Os argumentos de superveniência contra o realismo moral robusto dividem-se em dois tipos principais: o *Argumento da Coextensividade* e o *Argumento Explanatório*. O primeiro argumento depende da tese controversa segundo a qual propriedades logicamente equivalentes são idênticas. Ademais, ao ter de responder ao desafio particularista, o *Argumento da Coextensividade* não mostra que a superveniência moral implica estritamente redução. Se, por outro lado, a visão de redução subjacente ao segundo argumento for *Redução por Identificação*, o *Argumento Explanatório* também falha. Ele não mostra que o realismo robusto, mas não o realismo redutivista, tem um problema explanatório. Finalmente, se a *Redução por Identificação* der lugar à *Redução por Análise* como estratégia fundamental para a caracterização da relação sistemática entre propriedades morais e propriedades naturais, o *Argumento Explanatório* não representa mais uma ameaça ao realismo robusto. Ele dá suporte, nesse caso, a uma forma muito fraca de redutivismo moral, indistinta do núcleo da posição realista robusta.

Referências

BACON, J. 1986. Supervenience, Necessary Coextension, and Reducibility. *Philosophical Studies*, 49:163-176.

⁵ “Reason: For *R* to be a reason for *X* to do *A* is for there to be some *p* such that *X* has a desire whose object is *p*, and the truth of *R* is part of what explains why *X*’s doing *A* promotes *p*” (Schroeder, 2007, p. 59).

⁶ “If the normative supervenes on the non-normative, a great many ways of recombining normative and non-normative properties must be impossible. If facts about the structure of properties are so well suited to explain metaphysical impossibilities, therefore, and reduction is a thesis about the structure of normative properties, then the reduction of the normative looks like an excellent explanatory hypothesis, since it would explain the widely accepted supervenience of the normative on the non-normative” (Schroeder, 2005, p. 12).

- DANCY, J. 1982. Ethical Particularism and Morally Relevant Properties. *Mind*, **92**:530-547.
- DREIER, J. s/d. Is There a Supervenience Problem for Robust Moral Realism? Manuscrito não publicado. Brown University.
- ENOCH, D. 2011. *Taking Morality Seriously: A Defense of Robust Realism*. Oxford, Oxford University Press.
- GILLETT, C. 2007. Understanding the New Reductionism: The Metaphysics of Science and Compositional Reduction. *The Journal of Philosophy*, **104**:193-216.
- HORGAN, T.; TIMMONS, M. 1992. Troubles on Moral Twin Earth: Moral Queerness Revived. *Synthese*, **92**:221-260.
- JACKSON, F. 2017. In Defence of Reductionism in Ethics. In: P. SINGER (ed.), *Does Anything Really Matter? Essays on Parfit on Objectivity*. Oxford, Oxford University Press, p. 195-212.
- JACKSON, F.; PETTIT, P.; SMITH, M. 2000. Ethical Particularism and Patterns. In: Brad HOOKER; Margaret Olivia LITTLE (eds.), *Moral Particularism*. Oxford, Oxford University Press, p. 79-99.
- LITTLE, M. 2000. Moral Generalities Revisited. In: Brad HOOKER; Margaret Olivia LITTLE (eds.), *Moral Particularism*. Oxford, Oxford University Press, p. 276-304.
- McPHERSON, T. 2012. Ethical Non-Naturalism and the Metaphysics of Supervenience. In: Russ SHAFER-LANDAU (ed.), *Oxford Studies in Metaethics 7*. Oxford, Oxford University Press, p. 205-234.
- McPHERSON, T. 2015. Supervenience in Ethics. In: Edward N. ZALTA (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2015 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2015/entries/supervenience-ethics/>>.
- PARFIT, D. 2017. *On What Matters: Volume Three*. Oxford, Oxford University Press.
- RIDGE, M. 2007. Anti-Reductionism and Supervenience. *Journal of Moral Philosophy*, **4**:330-348.
- SCHROEDER, M. 2005. Realism and Reduction: The Quest for Robustness. *Philosophers' Imprint*, **5**:1-18.
- SCHROEDER, M. 2007. *Slaves of the Passions*. Oxford, Oxford University Press.
- WEDGWOOD, R. 2007. *The Nature of Normativity*. Oxford, Oxford University Press.

Submetido em 30 de outubro de 2018.

Aceito em 20 de dezembro de 2018.